



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BELA

Ofício nº 268/2022

Pedra Bela, 21 de novembro de 2022.

Assunto: Encaminha Projeto de Lei


Senhor Presidente,

Nobres vereadores,

Cuida o presente em encaminhar à Vossas Excelências o incluso Projeto de Lei que “Proíbe a realização de queimadas no território do município de Pedra Bela e dá outras providências”, com o objetivo de manter o meio ambiente ecologicamente equilibrado e seguro, preservando a saúde humana, a fauna e a flora.

Portanto, considerando a importância deste projeto solicitamos a Vossas Excelências a aprovação do mesmo em regime de urgência, conforme dispõe o Regimento Interno desta Câmara.

Cordialmente,


Alvaro Jesiel de Lima
Prefeito Municipal

Ao Exmo. Sr. Daniel Marciano Basilio
DD. Presidente da Câmara de Pedra Bela
Nesta

CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRA BELA - SP	
PROTOCOLO	
Entrada	21 / 11 / 2022
Saida	___ / ___ / ___
	
Assinatura	

**PROJETO DE LEI N ° ____/2022
DE 21 DE NOVEMBRO DE 2.022**

“Proíbe a realização de queimadas no território do município de Pedra Bela e dá outras providências”

ALVARO JESIEL DE LIMA, Prefeito do Município de Pedra Bela – Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Pedra Bela aprova, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei, respeitadas as competências da União e do Estado de São Paulo e observado o disposto na Lei Orgânica do Município, dispõe sobre a proibição de queimadas no território do Município de Pedra Bela, com o objetivo de manter o meio ambiente local ecologicamente equilibrado e seguro, preservando a saúde humana, a fauna e a flora.

Art. 2º - Toda pessoa física ou jurídica que, de qualquer forma, praticar através do fogo, ação lesiva ao meio ambiente, ficará sujeito às penalidades previstas nesta Lei.

§ 1º - Para os efeitos deste artigo, consideram-se infratores seus autores materiais, mandantes ou quem, por qualquer meio ou modo, concorra para a prática da infração.

§ 2º - Se as infrações forem cometidas por menores ou incapazes, assim considerados pela lei civil, responderão pelas penalidades de multa os pais ou responsáveis.

§ 3º - Se o infrator cometer, simultânea ou isoladamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-á aplicada, cumulativamente, as penalidades a elas cominadas.

§ 4º - A aplicação das penalidades previstas nesta Lei não exonera o infrator das cominações civis ou penais cabíveis.

§ 5º - No caso de reincidência, a penalidade será aplicada em dobro.

Art. 3º - Constituem infrações à presente Lei:

I - utilizar-se do fogo como método facilitador da capinação ou limpeza de qualquer área;

II - provocar incêndio em mata ou em áreas de preservação permanente, mesmo que em formação;

III - causar poluição atmosférica pela queima ao ar livre de:

a) pneus, borrachas, plásticos, resíduos industriais ou outros materiais combustíveis não especificados na alínea "b";

b) madeiras, mobílias, galhos, folhas e lixo doméstico;

IV - soltar balões que possam provocar incêndios nas matas e demais formas de vegetação em áreas do Município.

Art. 4º - Ficam estabelecidas as seguintes multas para as infrações previstas no artigo anterior:

I - infração prevista no inciso I: multa de 235 UFMPB;

II - infração prevista no inciso II: multa de 300 UFMPB;

III - infrações previstas no inciso III: multa de 180 UFMPB;

IV - infração prevista no inciso IV: multa de 350 UFMPB.

§ 1º - Além de responder pelas multas previstas na presente Lei, o infrator fica também obrigado a reparar os danos causados.

§ 2º - O infrator terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do primeiro dia útil imediato ao do recebimento do Auto de Infração para, querendo, apresentar sua defesa na esfera administrativa.

§ 3º - Em caso de reincidência, dentro do período de 12 (doze) meses, a multa será aplicada em dobro.

Art. 5º - A competência para fiscalização e aplicação das penalidades previstas nesta Lei será, concorrentemente, dos seguintes órgãos municipais:

I – Diretoria de Obras, Infraestrutura, Meio Ambiente e Agricultura;

II – Diretoria da Saúde.

Art. 6º - O Poder Executivo do Município de Pedra Bela poderá regulamentar por Decreto a presente Lei.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pedra Bela, 21 de novembro de 2022.

Álvaro Jesiel de Lima
Prefeito Municipal